

Emília defende ampliação dos direitos das mulheres

Códigos Civil e Penal devem ser modificados porque "restringem os direitos em várias situações e não atendem aos princípios de igualdade de gênero", adverte senadora



A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) defendeu a revisão ou modificação dos Códigos Civil e Penal, por en-



Emília

tender que as duas legislações "restringem os direitos das mulheres em várias situações e não atendem satisfatoriamente aos princípios da igualdade de gênero". Ela defendeu ainda a criação de serviços que facilitem o acesso das mulheres à Justiça e a ampliação dos já existentes.

Emília fez essas declarações ao registrar a posse, no dia 28 de outubro, da primeira desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias. Segundo a senadora, o fato constitui "uma nova vitória das mulheres na ocupação dos espaços que lhes são devidos por direito, merecimento e justiça".

A senadora qualificou a posse da juíza de "um novo impulso para a busca da igualdade, agora também no campo das leis, em sua maior parte ainda instrumentos da preservação dos preconceitos contra as mulheres". Emília destacou que as mulheres ocupam gradativamente significativos espaços no Rio Grande do Sul. Ela citou o seu próprio caso - primeira senadora gaúcha - e os de Eunice Nequete Machado e Wraná Parinizzi, que ocupam a Procuradoria Geral do estado e a reitoria da Universidade Federal.

Um debate com o jornalista Fernando César Mesquita marcou o encerramento dos contatos e estudos de comitiva parla-

mentar do Haiti no Legislativo brasileiro. Os haitianos querem adaptar a seu país o sistema de divulgação do Senado. Página 4

Francelino quer 2% na multa por atraso

Autor do projeto de lei que limita também em 2% a multa por atraso no pagamento de obrigações contratuais, aprovado em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Francelino Pereira (PFL-MG) informou que o projeto será apreciado pelo plenário do Senado em decorrência de recurso apresentado por ele mesmo.

Essa redução de multa deve ser aplicada, segundo o projeto, a todas as relações de consumo, incluindo produtos e serviços, como mensalidades escolares e de clubes, planos



Francelino Pereira

de saúde, tarifas públicas e prestações do SFH. O objetivo da retomada da discussão da matéria é permitir maior clareza do texto legal, de modo que não dê margem a contravérsias jurídicas nem possibilite interpretações equivocadas

que possam prejudicar os consumidores, esclareceu o senador.

Com o envio do projeto ao plenário, pelo menos duas emendas serão apresentadas pelo senador, para que o limite de 2% conste no próprio Código de Defesa do Consumidor e na Lei dos Condomínios. Segundo Francelino, o limite de 2% para as multas de mora decorrentes de inadimplência abrange todos os contratos, com exceção das operações envolvendo tributo, objeto de outro projeto de lei do próprio senador, tramitando na CCJ.

Nabor pretende rever calendário de privatização da Eletronorte

A empresa opera na região amazônica com subsídios embutidos nas faixas tarifárias, diz o senador, que por isso questiona a desestatização



Carlos Wilson

Wilson é pela permanência de fundação em PE

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) classificou sexta-feira como "um achincalhe da memória nacional e um retrocesso em nossa pesquisa social" a intenção de extinguir a Fundação Joaquim Nabuco, dentro do propósito do Ministério da Administração de flexibilizar a gestão de órgãos públicos de âmbito federal. O senador considerou a idéia "inepta e equivocada" e disse aguardar que, nesse caso, prevaleça "o discernimento do presidente da República e de seus auxiliares".

- Conhecedor da experiência do ministro Bresser Pereira e da seriedade do presidente Fernando Henrique Cardoso, sinto-me, como pernambucano e homem público, no dever de chamar a atenção para os riscos de eventual medida dessa natureza. Faço-o previamente, antes que se confirmem as informações ainda incipientes sobre a extinção dessa fundação - disse.

Carlos Wilson disse que o simples anúncio de tal medida vem dando margem a numerosos protestos de quantos conhecem, respeitam e admiram o trabalho dessa fundação. Ele informou que essa entidade nasceu de um projeto do sociólogo Gilberto Freire, em 1949.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Em alerta aos senadores para que acompanhem o processo de privatização da Eletronorte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu sexta-feira a revisão do calendário segundo o qual os sistemas energéticos do Acre, de Rondônia e do Amapá entrariam na etapa de alienação das empresas setoriais no próximo ano, após a contratação de consultores nacionais e internacionais.

Na opinião do senador, é leviano ignorar a existência de desigualdades na estrutura fe-



Nabor Júnior

derivativa, cuja unidade deve ser pautada pelo princípio de que desigualdades não podem ser tratadas conforme o mesmo figurino. Há flagrantes disparidades de recursos e fontes energéticas entre as regiões, com diferenciada relação custos/benefícios, afirmou.

No caso da região amazônica, atendida pela Eletronorte, as faixas tarifárias embutem subsídios adequados às peculiaridades regionais, disse ele.

As diretrizes do Programa

Jefferson critica Câmara por derrubar projeto do nepotismo

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) criticou sexta-feira a rejeição, pela Câmara dos Deputados, de projeto aprovado pelo Senado que visava acabar com a contratação de parentes para cargos em comissão no serviço público. O parlamentar explicou que o projeto não consistia em excesso de moralismo, até porque, em tese, ele também entende que a contratação de parente competente é defensável, mas disse que a medida era necessária para evitar uma "prática nefasta".

- Ocorre que todos sabemos - não sejamos hipócritas - que as contratações de parentes competentes são exceções. A regra é a prática securitista e isso pode acontecer nos gabinetes do Senado, da Câmara e dos tribunais.

Jefferson Peres disse que tem sido um crítico renitente

do Congresso, sobretudo porque se sente incomodado ao ver tantos parlamentares criticarem o Poder Executivo e serem lenientes com os erros do Legislativo. "Ontem mesmo, censurei os deputados por pretenderem ficar fora das regras que fixam o teto de remuneração dos servidores públicos e, 24 horas depois, a Câmara dá outro péssimo exemplo, derrubando o projeto contra o nepotismo", disse o senador.

Ele explicou que foi por um escorço apertado que, em dezembro de 1995, o Senado aprovou projeto "proibindo a prática nefasta do nepotismo". Disse que o projeto vedava a contratação de parente até o terceiro grau para cargos em comissão dos três poderes da União. Daí por que ele ficou surpreso ao ver o Senado receber expediente informando que o projeto fora rejeitado na Câmara e, portanto, será agora arquivado.

Nacional de Desestatização, segundo o senador, prevêem a busca de racionalidade econômica, com respeito às demandas regionais. Isso pode, no entender de Nabor Júnior, "implicar uma contradição fatal ao espírito da privatização: confirmar a necessidade de subsídios, mas determinar que eles sejam concedidos às empresas privadas".

- Uma verdadeira "mesada", paga pelos cofres públicos - frisou.

Dadas as características regionais, é inevitável que a Eletronorte tenha prejuízos atuariais, ponderou o senador.



Antonio Carlos Magalhães

Relações Exteriores define emendas ao Orçamento de 97

Presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) definiu em reunião realizada na quinta-feira (31) as suas cinco emendas coletivas ao projeto de lei orçamentária para o próximo ano.

As emendas da comissão prevêem recursos para as unidades militares das fronteiras do País; criação de infra-estrutura na fronteira Norte; construção da Estação Terrena de Rastreamento e Controle de Satélites em Santa Maria (RS); manutenção de atividades de política exterior; e ações da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil.

Júlio Campos define crimes relativos à informática

Segundo o senador, projeto pretende dar meios ao direito penal de enfrentar os novos delitos praticados mediante o uso de computador, na administração pública e empresas privadas

Constituição em disquete é sucesso na Feira do Livro

A novidade mais procurada pelo público que visitou o estande do Senado na XV Feira do Livro, encerrada na noite de ontem (dia 3), no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília, foi o disquete com a Constituição Federal e as Normas Internas da Casa. O disquete, distribuído gratuitamente aos visitantes, foi requisitado principalmente por estudantes de Direito e profissionais da área jurídica.

As publicações do Senado mais adquiridas durante a feira foram as novas edições do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Licitações e o Regime Jurídico Único. Na oportunidade, foi lançada uma obra contendo os dados biográficos dos senadores da República até a recente legislatura e o público também pôde conferir a exposição do CD-ROM com toda a legislação brasileira desde 1946.

Apesar de não ter sido comercializado, o CD-ROM despertou interesse nos brasilienses. Muitos forneceram seus dados para receberem em casa uma cópia do material, que estará sendo editado ainda neste mês de novembro. O CD-ROM será enviado para a comercialização em feiras similares a serem realizadas em Florianópolis e em São Paulo.

A iniciativa de aproximar o Senado à comunidade, que começou na XIV Feira em Brasília, foi tão bem recebida pela população que o primeiro-secretário, Odacir Soares, instituiu uma comissão especial que terá como tarefa organizar a participação da Casa nos diversos eventos desse tipo a serem realizados no País.

Manipular, sabotar, espionar, acessar sem autorização o conteúdo de um computador ou utilizar abusivamente as instalações de processamento de dados serão considerados crimes contra a inviolabilidade de comunicação de dados de computador, se aprovado projeto apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT).

O projeto estabelece para esses crimes penas que variam de 1 a 2 anos de detenção, podendo ser aumentadas em 2/3, caso sejam cometidos contra a administração pública, e em 1/3, se causar prejuízos graves a qualquer sistema de



Júlio Campos

computador. Se a pessoa, ao violar os dados, praticar outro crime contra o titular do sistema receberá, além da pena pela violação, a correspondente ao outro crime praticado.

Segundo Júlio Campos, o projeto pretende dar meios ao direito penal de enfren-

tar os novos delitos praticados mediante o uso de computador, tanto na indústria como na administração pública e, principalmente, nas instituições bancárias e companhias de seguro.

- A utilização das máquinas automáticas de pagamento por estranhos, a sabotagem da programação de dados, a espionagem por computador, são exemplos da sofisticada criminalidade que se vem praticando contra a informática - disse Júlio Campos, garantindo que o projeto de sua autoria "tentará impedir que o desenvolvimento tecnológico seja sabotado pelo mau uso do computador".

Amorim cobra solução para desapropriações

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) pediu sexta-feira ao Ministério Público e à Justiça Federal em Rondônia que agilizem o julgamento de ações referentes à desapropriação de terras naquele estado, para fins de reforma agrária.

Segundo o senador, em virtude da demora do Judiciário, os proprietários dessas áreas não receberam o pagamento a que têm direito, nem foram assentados os que precisam de terras, embora os recursos para atendê-los já estejam liberados.

Ernandes Amorim, lembrando que o Congresso Nacional faz esforços concentrados para atender às necessidades



Ernandes Amorim

do País, sugeriu que também o MP em Rondônia e a Justiça Federal procedam da mesma forma e julguem as ações "que podem dar tranquilidade a mais de três mil famílias".

Conforme o senador, no município de Buriti morrem mais de 10 pessoas por mês em consequência de conflitos entre parceiros. "Se a terra estivesse documentada, regulariza-

da, teríamos tranquilidade", afirmou Amorim, ao mostrar que a situação de Buriti é tão grave que o próprio prefeito teve que fugir da cidade por falta de segurança.

Ernandes Amorim também criticou a contínua reedição da medida provisória referente à preservação das florestas na Amazônia, que, na sua opinião, está cerceando o direito do povo da região de trabalhar.

- A partir da Medida Provisória nº 1.511, se o presidente Fernando Henrique Cardoso quiser realmente fazer assentamentos no meu estado, vai ter que comprar terras nos países vizinhos - afirmou.

Cooperação com o Parlamento do Haiti

Comitiva debate com o jornalista Fernando César Mesquita possibilidade de adaptar o sistema de divulgação do Legislativo brasileiro à realidade de seu país

Comitiva parlamentar do Haiti encerrou na sexta-feira uma semana de contatos e estudos no Legislativo brasileiro participando de debate com o jornalista Fernando César Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado. No encontro, os visitantes tiveram a oportunidade de conhecer em detalhes o projeto de divulgação montado pela Mesa da Casa na atual legislatura, bem como debateram as possibilidades de adaptação para a realidade do Parlamento haitiano do conjunto de ações de comunicação que o Senado desenvolve.

Fernando César informou

que o Senado conta com um jornal diário, cuja tiragem alcança 25 mil exemplares e deverá chegar a 40 mil em 97; um amplo sistema de divulgação por rádio; uma agência de notícias em tempo real; e uma TV a cabo, que já atinge 65 localidades pela rede da NET e mais 11 mil assinantes pela rede TVA.

Os parlamentares haitianos discutiram com interesse as possibilidades de adotar iniciativas semelhantes. Fernando César recomendou que esse projeto comece pela área de rádio, em função de seu baixo custo relativo e do alcance desse meio de comunicação.



Valmir: Brasília pode dar aula de cidadania

Valmir quer Planalto e STF abertos no fim de semana

O senador Valmir Campello (PTB-DF) pediu que os presidentes da República e do STF autorizem a abertura do Palácio do Planalto e do palácio do Supremo Tribunal Federal aos sábados, domingos e feriados, permitindo que eles sejam visitados por turistas nos fins de semana. O Senado, lembrou o parlamentar, já fica aberto todos os

dias. - Brasília tem algo mais a mostrar aos visitantes, além de sua concepção arquitetônica moderna e arrojada, seus belos monumentos e grandes prédios públicos. Uma visita a Brasília pode se transformar numa aula de cidadania, com o turista conhecendo os locais onde se tomam as decisões - observou Valmir

Senado recebe turistas todo dia

O Senado já abriu suas portas neste fim de semana para receber turistas, como prometeu o presidente da Casa, José Sarney, ao governador do DF, Cristovam Buarque. A Subsecretaria de Relações Públicas coordena *tours* pela Casa, com início de hora em hora, das 10h às 14h dos sábados, domingos e feriados. Nos dias de semana, as visitas vão das

9h30 às 11h30 e das 14h30 às 16h30.

Nestas visitas, os turistas ficam conhecendo todos os salões, o plenário, o museu, a biblioteca e as comissões do Senado. Se quiserem, os visitantes podem almoçar no restaurante dos senadores, dirigido por uma empresa privada, e que agora também abre nos fins de semana.

Rádio do Senado vai ser inaugurada em janeiro

A inauguração da Rádio Senado Federal está prevista para a segunda quinzena de janeiro de 1997. Com 10kW de potência na faixa FM, a emissora alcançará toda Brasília e também a região do Entorno, com programação diária de 24 horas, transmitindo ao vivo os trabalhos do plenário do Senado e das comissões, e as atividades parlamentares.

Os transmissores estão em fase de aquisição e ficarão localizados na Torre de Televisão. Os estúdios funcionarão no Bloco B do Anexo II do Senado. A programação também será transmitida pelo Sis-

tema Radiosat Digital da Embratel, que já está divulgando as principais reuniões da Casa e boletins noticiosos.

A partir da inauguração do rádio, o Senado completa suas iniciativas na área de comunicação social, que já conta com Agência de Notícias, TV e o *Jornal do Senado*, conseguindo assim, segundo seu presidente, José Sarney, dar maior transparência à atuação parlamentar. O primeiro-secretário do Senado, Odacir Soares, já determinou a adoção de todas as providências para que a emissora seja inaugurada em janeiro.

À SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES CARLOS PATROCÍNIO, ERNANDES AMORIM E PELA SENADORA EMÍLIA FERNANDES

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Osmar Miranda ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.
Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal